PATRIMÔNIO, TURISMO E FRONTEIRA: O PROJETO JAGUAR EM JAGUARÃO/RS

Alexandre dos Santos Villas Bôas*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar o estudo de caso de um projeto de revitalização do patrimônio cultural, realizado na década de 1980, na cidade de Jaguarão/RS, denominado de Projeto Jaguar. Este projeto foi desenvolvido por dois estudantes de arquitetura oriundos da cidade de Jaguarão, à época estudando na cidade de Porto Alegre, tendo por escopo realizar um levantamento dos bens arquitetônicos considerados históricos para que pudessem ser objetos de reconhecimento pela comunidade, através de ações de conscientização como palestras, festivais de música e apresentação de projetos junto ao governo municipal. Tinham como pressuposto que a localização privilegiada da cidade de Jaguarão, junto à fronteira com o Uruguai, poderia servir de estímulo ao turismo, tendo como base seu patrimônio edificado. A partir das premissas dos idealizadores deste projeto e suas ações desenvolvidas na comunidade, se procurou analisar a relação entre o patrimônio, turismo e a fronteira como paradigmas de desenvolvimento em uma pequena cidade com baixos índices de crescimento econômico.

Palavras-chave: Jaguarão, Patrimônio, Turismo, Projeto Jaguar.

ABSTRACT

This article aims to present the case study of a project to revitalize cultural heritage carried out in the 1980s in the city of Jaguarão, called the Jaguar Project. This project was developed by two architecture students from the city of Jaguarão, at the time studying in the city of Porto Alegre, aiming to carry out a survey of architectural assets considered historic so that they could be objects of recognition by the community, through awareness actions such as lectures, music festivals and presentation of projects to the municipal government. They assumed that the privileged location of the city of Jaguarão on the border with Uruguay, could serve as a stimulus to tourism, based on its built heritage. Based on the premises of the creators of this project and their actions developed in the community, an attempt was made to analyze the relationship between heritage, tourism and the border as development paradigms in a small city with low rates of economic growth.

Keywords: Jaguarão, Heritage, Tourism, Jaguar Project.

* Doutor em História pela PUCRS. Historiador na Universidade Federal do Pampa. E-mail: alexandreboas@unipampa.edu.br

Introdução

Na década de 1970, a política de preservação do patrimônio cultural no Brasil começou a ser modificada para uma visão que conjugava o planejamento urbano ao patrimônio edificado, tendo em vista a acelerada urbanização do país com a política desenvolvimentista iniciada peloPresidente Getúlio Vargas e continuada por seus sucessores. Esse processo de rápida urbanização levou a uma pressão do mercado imobiliário para que fossem construídos novos prédios nas áreas centrais das cidades, as quais abrigavam edificações de interesse histórico tombados pelos órgãos estatais de preservação patrimonial, denotando um conflito entre novas construções e os prédios tombados. Nessa linha, argumenta Sant'anna (2016, p. 61):

> O novo surto de industrialização deflagrado nos anos 1950 impulsionou o crescimento econômico e a urbanização no Sudeste do Brasil e promoveu importantes transformações nas capitais e cidades do interior da região, que foram contempladas com a instalação de indústrias e, assim, retiradas das longas letargias econômicas que propiciaram a sobrevivência do seu patrimônio cultural.

Esse processo tomou um impulso maior com o golpe civil-militar de 1964, em que houve uma abertura ao capital exterior para financiar a implantação de indústrias, abertura de rodovias e mecanização da agricultura, ocasionando o êxodo rural e o inchaço das cidades, que rapidamente tiveram de adaptar suas áreas centrais históricas para a demanda crescente de moradia e serviços.

Nos países europeus, esse processo de urbanização e modificação dos centros históricos era mais antigo e já vinha sendo objeto de preocupação dos órgãos de preservação patrimonial da UNESCO e da OEA, emanadas através de encontros organizados para discutir e propor alternativas para esse problema. Nesse sentido, uma alternativa viável seria aliar a preservação do patrimônio cultural com o turismo, o qual geraria renda e manteria a manutenção dos prédios de interesse cultural. Ainda, segundo Sant'anna (2016, p. 62):

> Naquela época, como atestam documentos internacionais como as Normas de Quito (da Organização dos Estados Americanos, 1967) e a recomendação de Paris (UNESCO, 1968), o turismo emergia como uma atividade capaz de promover a preservação e, ao mesmo tempo, o aproveitamento econômico do patrimônio, animando a implantação de programas como o Programa de Incremento do Turismo e de

> Recuperação de Recursos Naturais, da UNESCO, um dos cogitados pelo IPHAN, em 1966, como fonte para a obtenção de recursos.

Uma alternativa de financiar a preservação do patrimônio edificado dos centros urbanos passou a ser o turismo, como meio de aliar o desenvolvimento de uma comunidade sem alterar substancialmente sua identidade, a qual se vinculouao passado, ligado principalmente às construções feitas pelas gerações anteriores, essas mesmas que também poderiam ser utilizadas economicamente no contexto capitalista. A Carta de Veneza (1964), ainda que abordasse a conservação e restauração de bens patrimoniais, também apontava para uma destinação útil dos prédios protegidos pela legislação, como se nota no seu artigo 5º:

> A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil a sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução e usos e costumes (IPHAN, s/d).

A partir do debate oriundo da nova realidade enfrentada pelos órgãos de preservação internacional e sua disposição em incorporar o turismo como fonte de renda para manutenção do patrimônio cultural dos centros urbanos, foram disponibilizadas linhas de financiamento para os países em desenvolvimento que tivessem programas institucionais que abordassem este pressuposto em sua formulação e implantação.

Nessa direção, foi organizado pelo MEC os chamados Encontros de Governadores, ocorridos em Brasília (1971) e Salvador (1972), os quais orientaram a construção de uma política patrimonial descentralizada, com maior participação dos estados e dos municípios, levando em conta o planejamento urbano integrado ao patrimônio. Assim assevera Correa (2016, p. 23):

> Os Encontros de Governadores para Preservação do Patrimônio Cultural, organizados pelo MEC, são a opção mais visível desse movimento. Relacionam-se, fundamentalmente à criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, que tinha como um de seus principais objetivos a descentralização por meio de conselhos e órgãos específicos de cultura nos estados e municípios – “Um Sistema Nacional de Cultura”, no qual o patrimônio cultural teria papel importante.

Derivado desses encontros foi organizado um planejamento integrado entre preservação patrimonial e desenvolvimento econômico, cujo maior exemplo foi o Programa de Cidades Históricas do Nordeste (PCH), que a partir de 1973 orientou às iniciativas de órgãos gestores do patrimônio e de planejamento dos estados emunicípios da região nordeste, e mais tarde seria ampliado para as demais regiões do país. Concebido a partir da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PR), destinou consideráveis recursos financeiros, aplicados de forma descentralizada e privilegiando regiões até então com pouca atenção ao seu patrimônio cultural. Segundo Correa (2016, p. 27):

> O principal objetivo do programa, constante na referida Exposição de Motivos, era a preservação dos monumentos tombados, tornando-os economicamente viáveis por meio de seu uso para a atividade turística. Buscava-se criar um círculo virtuoso de sustentação econômica, ou seja, após os investimentos iniciais do programa, a economia do turismo local financiaria a conservação dos monumentos.

A incorporação do turismo como viabilizador da manutenção do patrimônio edificado, levaria ao mesmo tempo que as manifestações culturais típicas de cada região fossem incluídas como sendo uma forma de patrimônio, tanto quanto o edificado, possibilitando as regiões que não detinham grande número de bens tombados pelo IPHAN que começassem a incorporar o seu patrimônio nas políticas de preservação, que não necessariamente era de origem colonial, estilo arquitetônico privilegiado pelo IPHAN. O importante era demonstrar a viabilidade econômica de utilização desse patrimônio local e a integração da variedade cultural no contexto do desenvolvimento capitalista.

O turismo cultural, que foi concebido como uma forma diferenciada do turismo comum por ser mais voltado a valorizar o patrimônio cultural, adquiriu importância significativa nos projetos de preservação patrimonial na esfera internacional, repercutindo nas políticas no PCH e também no IPHAN, que com a administração de Renato Soeiro começou a dar importância à preservação patrimonial conjugada com o planejamento urbano e o turismo, principalmente porque a UNESCO e outros órgãos internacionais disponibilizavam recursos financeiros para projetos que priorizassem a vinculação patrimônio/turismo, conforme atesta Leal (2016, p. 113):

> Os contatos estabelecidos pela DPHAN[39] com a Unesco, buscavam é claro, parceria com o principal organismo internacional de proteção do patrimônio e seu aval técnico, mas também havia a busca por assistência financeira, que poderia vir por meio de diversos programas. É o que se pode notar, por exemplo, em memorando do então chefe da Divisão de conservação e restauração da DPHAN, Renato Soeiro, arquiteto, dirigido a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1966, informando-o sobre os programas oferecidos pela Unesco, por meio dos quais poderiam "obter recursos para nossa participação".

Por outro lado, a compreensão que o patrimônio cultural deveria ser mais do que um marco de memória nacional começava a tomar corpo nas discussões ocorridas nas reuniões de especialistas da área, que tendiam a ter uma visão de que o patrimônio teria de ser apropriado pela comunidade onde estava inserido, em uma participação democrática,ou seja, não somente os bens monumentais isolados deveriam ser preservados, mas também os conjuntos urbanos históricos, paisagens como parques e florestas, assim como manifestações da cultura local, que em princípio não teriam relação com a história nacional. Nesse sentido, o Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu no ano de 1975, conhecido como Declaração de Amsterdã, assim se posicionava:

> O que hoje necessita de proteção são as cidades históricas, os bairros urbanos antigos e aldeias tradicionais, aí incluídos os parques e jardins históricos. A proteção desses conjuntos arquitetônicos só pode ser concebida dentro de uma perspectiva global, tendo em conta todos os edifícios com valor cultural, dos mais importantes aos mais modestos, sem esquecer os da época moderna, assim como o ambiente em que se integram. Essa proteção global completará a proteção pontual dos monumentos e sítios isolados.

Igualmente, o avanço teórico obtido nos organismos internacionais voltados ao patrimônio cultural nos anos 1960 e 1970, repercutiu nos órgãos acadêmicos de formação profissional, especialmente no ramo da arquitetura e urbanismo, que a partir daí influenciaram na inclusão da questão da preservação do patrimônio cultural no planejamento urbano, nomeadamente os planos diretores das cidades consideradas de interesse histórico pelo seu conjunto urbano.

Aliado a essa nova perspectiva no campo patrimonial, houve à disposição dos governos militares de implantar um programa de planejamento urbano destinado a ordenar e inserir as cidades no

contexto capitalista internacional, com vistas a alavancar o crescimento de zonas periféricas dos grandes centros urbanos da região sudeste. Esses fatores foram primordiais para se compreender como se deu a entrada, no cenário da cidade de Jaguarão, localizada na fronteira do Brasil com o Uruguai, do processo de valorização de seu patrimônio edificado. A concepção de um projeto que visava a preservação do patrimônio edificado da cidade de Jaguarão no início da década de 1980, denominado de Projeto Jaguar, estava imbuído do ponto de vista que unia o patrimônio ao turismo.As propostas do Projeto Jaguar estavam baseadas no desenvolvimento econômicoatravés do turismo por meio da manutenção de seu patrimônio edificado, especialmente nas construções de estilo eclético.

Gênese do Projeto Jaguar

O Projeto Jaguar teve como base conceitual o trabalho de arquitetos que vinham desenvolvendo ações no campo da preservação do patrimônio cultural, como Albano Volkmer[1]e Nestor Torelly Martins. Albano Volkmer foi um dos idealizadores, no final da década de 1970, das chamadas caravanas culturais, como parte integrante da Comissão de Patrimônio Cultural do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Rio Grande do Sul (IAB/RS), que segundo o jornal A Folha de 1983:

> Surgem as caravanas culturais, integradas por arquitetos, historiadores, jornalistas, arqueólogos e representantes de entidades preocupadas com a preservação de bens culturais, que alcançando o interior do Estado, se associam aos movimentos locais. Numa ação conjugada entre Associação Rio-Grandense de Imprensa, Sindicato dos Arquitetos, Sociedade de Engenharia, SPHAN e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, Departamento Nacional de Obras e Saneamento e Prefeitura de Porto Alegre, venceu a proposta, por exemplo, da manutenção da Usina do Gasômetro (A FOLHA..., 1983).

No âmbito da cidade de Jaguarão, o arquiteto Albano Volkmer participou da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano (PDDU) em 1979, o qual restringiu a construção de prédios acima de dois pavimentos no centro histórico do município. Elaborado pela

[1] José Albano Volkmer (1942-2007), foi um arquiteto que atuou como professor em diversas instituições como a UFRGS, UNISINOS, UFSM, ULBRA, Ritter dos Reis e URI. Participou da elaboração do Plano Diretor da Cidade de Jaguarão no ano de 1979.

Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal, órgão da Secretaria de Obras do Rio Grande do Sul (SURBAM-SDO/RS), estava inserido no contexto de planificação de planos diretores efetuado pelo regime militar. Dividiu a cidade em zonas, sendo que a Zona Residencial 1 (ZR-1), corresponderia ao centro histórico da cidade, conforme apresenta CUNHA (2006, p. 86):

> Localiza-se na parte mais antiga da cidade, junto ao centro comercial, sendo assim uma área já consolidada. Devido a zona já apresentar uma densidade já compatível com a proposta do plano, não há incentivo a densificação. [...]. Por ser uma área antiga da cidade, caracterizada pela presença de muitos exemplares do século XIX, às edificações devem ser construídas no alinhamento, sem obrigatoriedade de recuos laterais, mantendo assim a morfologia existente.

Ou seja, a preocupação com a preservação das características arquitetônicas do estilo eclético do final do século XIX, presente nas edificações do centro urbano foi inserida no Plano Diretor do Município de Jaguarão em fins de 1970, coincidindo com o movimento de preservação do patrimônio cultural efetuado pela categoria dos arquitetos na esfera do IAB/RS. Isto foi um dos pressupostos para que a cidade tenha sido objeto de valoração por conta de sua arquitetura eclética, e que a mesma poderia servir de vetor de desenvolvimento econômico, pois a região apresentava um declínio em relação às atividades nesse campo.

A economia da cidade que, durante o século XIX, foi baseada na pecuária e no estabelecimento de charqueadas, permitiu que fosse aplicado o excedente de capital, gerado com essas atividades econômicas para a construção dos prédios de estilo ecléticoem seu centro urbano. Com a decadência da atividade saladeiril e construção de frigoríficos nas cidades de Pelotas e Rio Grande, a cidade de Jaguarão se viu privada de sua principal fonte de divisas econômicas. Apesar de ter recuperado, em parte, o ímpeto econômico com a introdução da cultura da soja e do arroz, advinda com a mecanização dos processos e consequentemente maiores lucros, essa tendência de crescimento foi interrompida nos anos 1980, ao final da ditadura militar.

Essa estagnação econômica diminuiu a renovação do estilo arquitetonico dos prédios do centro urbano de Jaguarão, o qual teve alguns edifícios de estilo eclético demolidos para dar lugar a prédios de estilo moderno. Este processo, conjuntamente com a

implementação do Plano Diretor de 1979, criou as condições para um movimento preservacionista do patrimônio edificado na comunidade, sendo um dos pressupostos do Projeto Jaguar que esse patrimônioserviria como atrativo turístico para o fluxo de pessoas que transitava na fronteira, o que poderia alavancar uma possibilidade de desenvolvimento econômico.

Essa visão foi moldada de acordo com o Programa Cidades Históricas (PCH) criado no âmbito federal, ou seja, de utilizar o patrimônio histórico de regiões estagnadas economicamente como potencial turístico, vai se reproduzir, com algumas adaptações, na cidade de Jaguarão, a partir da intervenção dos cursos de arquitetura imbuídos dessa percepção, especialmente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Ritter dos Reis de Porto Alegre, onde o arquiteto Nestor Torelly Martins ministrava a cadeira de Arquitetura Brasileira, tendo como alunos dois jaguarenses, Valdo Dutra Nunes e Jorge Arismendi Garcia[2], os quais foram os idealizadores do Projeto Jaguar, iniciando às atividades efetivamente a partir do ano de 1983.

Neste contexto da importância do patrimônio edificado como elemento de identidade e de possibilidade de desenvolvimento econômico, a inserção destes acadêmicos na preservação patrimonial da cidade de Jaguarão, iniciou com atividades relacionadas ao levantamento dos prédios de arquitetura eclética do município, de sua valoração como símbolo da história da comunidade. A organização do 1 Encontro de Faculdades de Arquiteturas sobre Preservação de Bens Culturais do Rio Grande do Sul, no ano de 1983, foi emblemático neste sentido, conforme relatado pelo jornal *A Folha*, o encontro aconteceu nos dias 05 e 06 de novembro daquele ano, assim noticiado:

> Durante o fim-de-semana, cerca de 100 estudantes da Faculdade de Arquitetura Ritter dos Reis, Curso de Arquitetura da Unisinos, Faculdade Canoense de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da UFRGS e da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas documentaram os prédios de valor histórico e cultural da cidade de Jaguarão, acompanhados dos professores da Cadeira de Arquitetura Brasileira (A FOLHA..., 1983).

O projeto foi denominado de Jaguar por significar o símbolo do suposto significado do nome da cidade, evocativo do passado que se

[2]Valdo Dutra Alves Nunes e Jorge Arismendi Garcia, oriundos da cidade de Jaguarão, tinham vínculos com a elite econômica do município, sendo que Valdo Nunes era filho do empresário Oswaldo Alves Nunes, dono de uma rede de lojas de eletrodomésticos.

queria redescobrir, conforme palavras dos autores da proposta, Valdo Dutra Alves Nunes e Jorge Arismendi Garcia:

> O termo JAGUAR, passa a representar um movimento de recuperação da consciência comunitária de JAGUARÃO, reativando e/ou reestimulando e/ou retomando sua capacidade de manifestar-se como comunidade Ativa em seu contexto geral, pela satisfação sociocultural e econômica da comunidade, pela reintegração social, pelo desenvolvimento cultural, pelo cumprimento da tarefa político-econômica (NUNES; GARCIA, 1982).

Esses acadêmicos, conceberam então, um projeto para transformar a cidade de Jaguarão em um pólo de turismo por meio da valorização de sua cultura e potencialidades, discurso que foi reiterado ao longo de toda a documentação do projeto. Entretanto, o que consistia na base da narrativa, que sustentava às ações do projeto, era o passado da cidade, representado em sua grande maioria pela arquitetura de estilo eclético. Isso fica evidenciado pelos autores da proposta, quando da delimitação dos objetivos gerais e específicos:

> Conservar e manter às características das construções físicas da Comunidade, que, algumas, isoladamente e outras pelo conjunto arquitetônico, remontam seu passado histórico e caracterizam a função já desempenhada pela comunidade: a) promover a troca dos postes de iluminação da ponte, recolocando os originais; b) procurar manter as fachadas dos prédios de valor individual e/ou pelo conjunto arquitetônico, estabelecendo um serviço de orientação e coordenação municipal, nas reformas que se fizerem necessárias pela função atual: na pintura, nos caracteres genuínos, etc.; c) listar, ordenar e qualificar os prédios de importância histórica-arquitetônica, histórica-administrativa e outros existentes na cidade (NUNES; GARCIA, 1982).

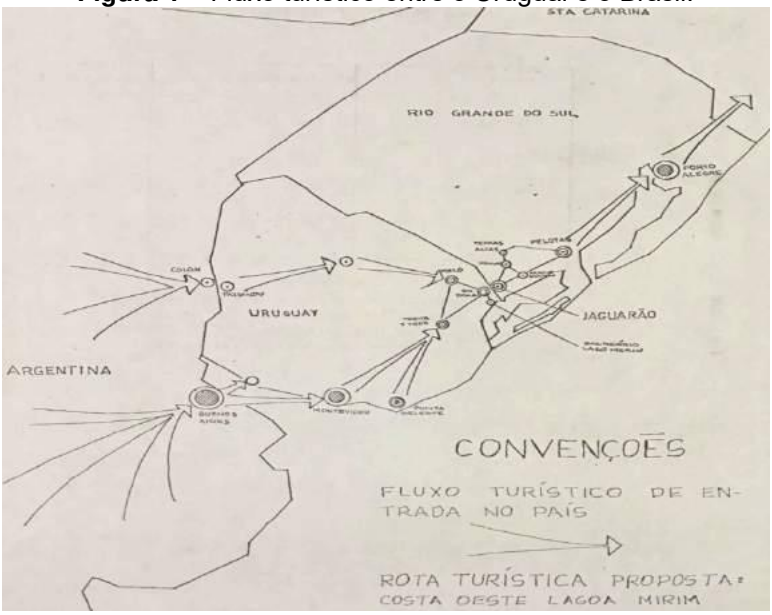
Esse patrimônio edificado derivado das propriedades da classe dirigente da cidade de Jaguarão pautou as atividades do Projeto Jaguar, servindo como referencial para a reconstrução da memória histórica como, também, um meio de desenvolver outras manifestações culturais da comunidade, as quais o projeto também deu visibilidade. Alguns exemplares do patrimônio edificado foram tornados símbolos do projeto como, por exemplo, as ruínas da antiga Enfermaria Militar e o Teatro Esperança. O primeiro, por sua localização e imaginário junto à comunidade: um hospital militar abandonado e depredado nos anos 1970; o segundo pela evocação

de um passado cultural ligado à elite. Isso fica manifesto na proposta, e foram elencados no item chamado de Memória Comunitária:

> a) ativar o Teatro Esperança, primeiro teatro politeama do Estado, com apresentações periódicas de espetáculos – de grupos locais e/ou externos; b) valorizar o Instituto Histórico e Geográfico, estabelecendo campanhas de informação de suas funções e para a recuperação de seu acervo de origem; [...] h) divulgar o Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, promovendo campanha de informação de suas funções, acervo e proposições; i) preservar às ruínas da Enfermaria, prova da função militar que a cidade já estabeleceu, preservar, também o cerro onde está a ruína, bem como a vista da cidade (NUNES; GARCIA,1982).

Agregado a essas proposições de cunho mais ligado ao patrimônio edificado estavam outras, que foram contribuição de uma turismóloga, Janice Amparo Castellar, a qual aparece nos créditos como apoiadora do projeto. Essas proposições tinham o caráter de colocar a cidade de Jaguarão como polo turístico, como já referido, tendo como justificativa sua localização geográfica que, segundo os autores da proposta, era o caminho mais curto entre Montevideo e Porto Alegre, local de passagem entre os dois países. Na figura abaixo, o mapa elaborado pelos autores do projeto exemplifica esse argumento:

Figura 1 – Fluxo turístico entre o Uruguai e o Brasil.



Fonte: Projeto Jaguar (1983)

Desta forma, se confluíam na proposta do Projeto Jaguar o binômio patrimônio/turismo, o qual foi concebido na Europa a partir das convenções internacionais da UNESCO e paulatinamente adotadas no Brasil, principalmente pela implementação do Programa de Cidades Históricas. O viés capitalista da utilização do patrimônio edificado como ferramenta de desenvolvimento através do turismo era bem visto pela ditadura militar na década de 1970, com o pressuposto da integração de áreas estagnadas economicamente a dinâmica da região sudeste do país, então em grande expansão industrial. Assim sendo, o estímulo a criação de programas e projetos ligados ao turismo teve grande impulso na ditadura militar, o que em certa medida auxiliou o Projeto Jaguar em sua aceitação pelo poder público, o que era um de seus objetivos, segundo apresentado pelos autores em sua proposta:

> A viabilização efetiva do potencial turístico de Jaguarão, se dá na medida em que preenche todos os requisitos básicos estabelecidos, através de estudo e, através do Sistema Estadual de Turismo e nacional – EMBRATUR, no cumprimento de sua tarefa de detectar, estimular e coordenar qualificadamente o potencial turístico de nosso

> Estado e, por consequência de nosso país [...] (NUNES; GARCIA, 1982).

O projeto buscou reconhecimento institucional para que fossem viabilizadas suas propostas, do ponto de vista legal e também financeiro. Do ponto de vista legal, a proteção ao patrimônio edificado por meio de inventário dos bens edificados e posterior encaminhamento para os órgãos institucionais para o tombamento; e na questão financeira, o custeio das atividades do projeto pela prefeitura municipal de Jaguarão e a iniciativa privada local.

Atividades do Projeto Jaguar

Após a formatação das propostas do Projeto Jaguar e estabelecimento de suas diretrizes básicas, começaram a ser desenvolvidas as primeiras atividades no princípio do ano de 1983, ainda dentro do curso de Arquitetura, frequentado pelos idealizadores do projeto, no âmbito da cadeira de Arquitetura Brasileira, ministrada pelo professor Nestor Torelly Martins, da Faculdade Ritter dos Reis de Porto Alegre. Nesse sentido, foi organizada uma viagem de estudos para a cidade de Jaguarão, com o intuito de realizar um levantamento arquitetônico sobre alguns prédios considerados de relevânciahistórica, apontados pelos estudantes Valdo Nunes e Jorge Arismendi Garcia.

A escolha destes prédios é sintomática da percepção do que era o patrimônio edificado a ser valorizado por aqueles estudantes oriundos de Jaguarão, a qual era representativo da história da classe dominante da cidade. Embora aqueles estudantes tivessem tomado contato com uma diversidade cultural na cidade de Porto Alegre e pudessem estar imbuídos de uma visão mais progressista, ao conceberem um projeto para potencializar a cultura de sua cidade, não conseguiram vislumbrar outro meio que não fosse o de conferir importância a uma determinada história ligada à classe dominante. Seja por conta da representatividade do legado material desta elite, os palacetes de estilo eclético, seja por imposição do currículoacadêmico, o fato é que ao fazer este tipo de escolha, reforçaram essa história, marcada pela imposição de uma cidade, construída por esse estrato da sociedade, durante o século XIX.

Em 14 de maio de 1983, chegaram à cidade de Jaguarão para realizar o trabalho de campo de estudo dos seguintes prédios: a) antiga residência do Barão Tavares Leite; b) Loja Maçônica Luz Transatlântica; c) residência da família Barreiros; d) ruínas da antiga

Enfermaria Militar; e) Teatro Esperança; f) edifícioTiaraju; g) Clube Instrução e Recreio; h) Faculdade de Estudos Sociais; i) residência da família Rodrigues Marques; j) residência da família Silveira e k) residência da família Correa.

Esse tipo de visão da história de Jaguarão foi reforçadoatravés da produção de um programa veiculado pela Televisão Educativa do Rio Grande do Sul (TVE/RS), no princípio de 1983, o qual teve os idealizadores do Projeto Jaguar como protagonistas. Esse programa chamado de Jaguarão: recantos e encantos, tinha como objetivo, segundo palavras do apresentador do programa Dilermando Torres:

> Vamos falar de memória, memória de uma cidade, Jaguarão. Nesse programa sobre Jaguarão vamos tentar mostrar um pouco daquilo que deve ser mostrado, porque isso mais tarde, sem dúvida alguma servirá para que a cidade, o seu povo, as suas 26.500 almas, encontrem, se afinem, com a sua realidade, em termos de cultura, de história, de economia e de política (TVE..., 1983).

No início do programa aparecem em primeiro plano Valdo Nunes e Jorge Garcia, relatando reminiscências sobre o Rio Jaguarão, sua relação com a cidade, para logo em seguida, ser apresentada a antiga residência do Barão Tavares Leite, mostrando a fachada exterior e o seu interior e, também, histórias relacionadas à vida do Barão. Na continuação, Valdo Nunes diz: *em termos de arquitetura, dentro da cidade, tu procuras manter o que tem.* E o que aparece como sendo um dos exemplares dessa arquitetura é a antiga residência do médico e político Carlos Barboza Gonçalves, transformado em casa-museu e mantido pela Fundação Carlos Barboza. Na última parte do programa foram reunidas pessoas da comunidade da cidade de Jaguarão em um estúdio, para colocarem suas opiniões sobre a história da cidade e as possibilidades de desenvolverem as potencialidades turísticas, tendo como base o patrimônioarquitetônico de estilo eclético. Além dessas pessoas da comunidade, foram convidados professores de arquitetura e historiadores da cidade de Porto Alegre.

O patrimônioarquitetônico que foi objeto das ações do Projeto Jaguar acabou por colocar no esquecimento outros patrimônios da cidade, replicando a concepção dominante no IPHAN, até a década de 1960, que privilegiava o patrimônio material, embora no momento das ações do Projeto Jaguar, na década de 1980, houvesse uma mudança gradativa para destacar o patrimônio imaterial, notadamente com o levantamento e registro das práticas culturais e

saberes tradicionais das comunidades pelo Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC).

O arquiteto Albano Volkmer, em sua fala no programa, colocou a importância do novo Plano Diretor do município de Jaguarão, que foi instituído no ano de 1979, o qual segundo ele teve a preocupação de manter as característicasarquitetônicas do centro histórico como um dos seus pilares:

> O munícipiojá dispõe de um novo Plano Diretor, esse Plano Diretor, até cabe destaque, é o primeiro Plano Diretor de um município do estado do Rio Grande do Sul que foi elaborado com essa característica de preservação do patrimônioarquitetônico e urbanístico, e quando se procurou elaborar esse plano, ele foi elaborado com o cuidado de integrar na equipe um arquiteto de Jaguarão, e foi elaborado com a participação da comunidade, da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, e ele tem essa característica de assegurar ásáreashistóricas, não permitindo que se construa edifícios de vários pavimentos, somente nas áreas novas (TVE..., 1983).

Valdo Dutra Nunes colocou, em sua fala no programa, a questão do desenvolvimento das potencialidades turísticas da região da cidade de Jaguarão:

> Em termos de turismo, o que a gente baseia a nossa proposta é que Jaguarão é a cidade que mais entra turista, o caminho mais curto entre Montevideo e Buenos Aires e Porto Alegre. Então realmente é hoje, segundo dados estatísticos da CRTUR provam que Jaguarão foi o lugar onde mais entrou gente depois do Chuí [...]. Jaguarão tem apenas dois hotéis que poderiam receber turistas, quer dizer, não dá para gente pegar esse turista e querer que ele fique em Jaguarão (TVE..., 1983).

Se tem nesta fala, o argumento que caracterizou a cidade de Jaguarão como lugar de passagem de turistas entre o Uruguai e o Brasil, o que realmente era apontado por dados da Companhia Rio-grandense de Turismo (CRTUR), a qual registrava a entrada e saída de turistas ao longo da região de fronteira do Brasil com o Uruguai. A ideia do Projeto Jaguar foi de aproveitar essa passagem de pessoas pela região de Jaguarão, tornando atrativa para uma permanência dessas pessoas como turistas, por meio da utilização do patrimônio edificado e, ainda, pela cultura local, o que nessa visão levaria ao desenvolvimento econômico da cidade. Esse entendimento era permeado pela política desenvolvida pelo PCH, durante os anos

1970, que conciliava a preservação do patrimônio cultural e sua utilização como potencial turístico gerador de desenvolvimento econômico.

Após a realização desse programa televisivo, o qual foi importante para mobilizar setores da comunidade, para o engajamento na preservação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão, notadamente, o setor constituído pela elite econômica e política, o Projeto Jaguar organizou uma série de eventos culturais com a finalidade de obter uma maior participação popular, como a mostra artístico-cultural, que ocorreu entre os dias 15 a 31 de julho de 1983, e contou com apresentações teatrais, musicais, ciclos cinematográficos e palestras sobre a preservação de sítioshistóricos. Concomitante à organização dessa mostra artístico-cultural, ocorria um processo de diálogo com a comunidade através de reuniões em que era apresentado o programa televisivo da TVE e um posterior debate com o acolhimento de propostas oriundas das pessoas presentes. Essas reuniões tinham o objetivo de angariar maior envolvimento da população por meio do esclarecimento das proposições do Projeto Jaguar e proposição de alternativas para a exploraçãoeconômica do patrimônio cultural, tendo como base a sua preservação.

Outra atividade que foi importante para o Projeto Jaguar, e para o movimento de preservação do patrimônio edificado da cidade de Jaguarão, foi o I Encontro de Estudantes de Arquitetura do Rio Grande do Sul, ocorrido na cidade, no ano de 1983, contando com a participação de estudantes das seguintes faculdades de Arquitetura: a) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Porto Alegre da Universidade Reter dos Reis (UniRitter); b) Faculdade de Arquitetura da UNISINOS; c) Faculdade de Arquitetura da UFRGS; d) Faculdade de Arquitetura da UFPEL; e) Faculdade de Arquitetura Canoense. Os objetivos do encontro, conforme os coordenadores do Projeto Jaguar, foram os seguintes:

> 1. Análise de prédios por turmas de estudantes; 2. Visita a edifícios de maiores características e expressividade dentro do contexto arquitetônico e histórico; 3. Mesa redonda com a participação dos responsáveis pela área de patrimôniohistórico do IAB e das faculdades (PROJETO JAGUAR..., 1983).

Esse encontro também possibilitou a parceria entre a UFPEL e a Prefeitura Municipal de Jaguarão, através de um convênio institucional, que levou professores e alunos do curso de Arquitetura

e Urbanismo a desenvolverem projetos ligados à área de preservação do patrimônio cultural edificado da cidade, durante as décadas de 1980 e 1990. Essa parceria foi tida como pertencente ao Projeto Jaguar, usando de suas premissas e logotipo em suas documentações, embora os coordenadores daquele projeto não tenham tido participação efetiva neste convênio.

Ainda, dentro da intenção de mobilizar a comunidade da cidade de Jaguarão para a importância de seu patrimônio edificado e angariar o apoio institucional, os coordenadores Valdo Nunes e Jorge Garcia, organizaram o Seminário sobre o Projeto Jaguar, em abril de 1984, nas dependências da Biblioteca Pública Municipal, que tinha *por objetivo gerar um sistema de trabalho para a execução dos diversos itens a serem cumpridos a curto, médio e longo prazo* (Nunes; Garcia, 1984).

As mais significativas propostas geradas durante o Seminário do Projeto Jaguar foram aquelas ligadas ao patrimônio edificado, onde novamente o tipo de edificação a ser objeto de valoraçãoarquitetônica e histórica, foi o da classe proprietária de terras e suas construções de estilo eclético, conforme apresentado ao final do evento:

> Desenvolver o estudo e a pesquisa histórica com o material existente no Instituto Histórico, nas casas de família, e também junto a memória coletiva. [...] Criar meios através de leis ou incentivos para que sejam mantidas as fachadas dos prédioshistóricos, que no seu conjunto proporcionam um cenário quase completo do “rico” Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil, do começo do século XX (NUNES; GARCIA, 1984)

Para tanto, foram organizadas comissões, com diversas atribuições, a seguir enumeradas: a) acionar o poder executivo municipal através de uma comissão criada em comunhão com as entidades de classe e órgãos municipais; b) criar na secretaria de educação, uma subsecretaria de cultura que funcione vinculada a um órgão que seja responsável pela execução do Projeto Jaguar; c) criar incentivos econômicos para motivar os proprietários a manterem as fachadas dos prédios que fazem parte do conjunto arquitetônico-histórico; d) desenvolver um trabalho de divulgação do que consiste o Projeto Jaguar, dentro da comunidade; e) criar uma lei de tombamento que impeça a descaracterizaçãofísica dos prédios da cidade; f) criação de um órgão que execute o Projeto Jaguar vinculado ao executivo ou independente; g) associações de classe que assumam esse órgão e sua coordenação; h) tombamento dos prédios municipais.

De todas as propostas elaboradas no âmbito do seminário, aquela que previu uma participação do executivo municipal teve êxito mas, a prefeitura atuou como apoiadora eventual. Dessa maneira, os coordenadores do Projeto Jaguar direcionaram seus esforços para a preservação das ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão[3], que por sua localização em um amplo espaço de área verde, seria o ideal para a construção de um parque, a qual, segundo seus idealizadores, seria polo de atraçãoturística.

Em uma proposta elaborada para a Prefeitura Municipal de Jaguarão, para a preservação das ruínas, no ano de 1986, o Projeto Jaguar delimitou algumas ações para que fosse efetivada a proposta, contando com a participação do IPHAN, como órgão parceiro para viabilização de estudos técnicos para o tombamento das ruínas. Naquele momento, o país passava por uma severa crise econômica, e consequente redução de recursos para projetos na área da cultura, o que contribuiu para a inviabilização da maioria das propostas do Projeto Jaguar, a curto prazo.

O Projeto Jaguar, que em seu início foi concebido para fazer o levantamento arquitetônico dos prédios de estilo eclético, do século XIX, na cidade de Jaguarão, constituídos em sua maioria de propriedades da elite econômica e política, teve a intenção de efetivar uma política de preservação patrimonial, que servisse de vetor para o desenvolvimento turístico da cidade de Jaguarão mas, acabou voltando-se para as ruínas de uma construção afastada do centro urbano, uma antiga enfermaria do exército, que foi abandonada e depredadapela própriapopulação. O local das ruínas tinha um significado importante no imaginário da população, principalmente, das pessoas do seu entorno, no qual havia se formado um núcleo residencial, os quais reproduziam histórias e lendas[4]daquele lugar.

Na concepção dos coordenadores do Projeto Jaguar, as ruínas serviriam de cenário para apresentações de teatro e música, sendo parte de um parque que abrigaria também um *camping* e um centro

[3]Para maiores detalhes sobre a história da antiga enfermaria militar consultar Villas Bôas, A.S. Centro de Interpretação do Pampa Jaguarão (RS): A revitalização de um patrimônio cultural. UFSM, 2014.

[4]As ruínas da antiga Enfermaria Militar evocavam histórias relacionadas ao passado militar e aos doentes que ali se tratavam. Como exemplo disto, se tem a lenda de que a Enfermaria havia sido local de tratamento de feridos das guerras de fronteira, como a Guerra do Paraguai e Revolução Federalista. Embora o prédio tenha sido construído em 1883 e a Guerra do Paraguai tenha acontecido em 1865, o imaginário ficou tão patente neste sentido, que foi replicado pelo arquiteto responsável pelo projeto de revitalização da Enfermaria Militar em uma exposição oral realizada em 2012, quando de sua visita ao canteiro de obras.

de informaçõesturísticas. Para obter apoio para esse projeto foram organizadas as chamadas vigílias musicais, que eram constituídas de apresentações de artistas locais e, também, de outras cidades do Rio Grande do Sul e do Uruguai. Os objetivos do evento foram assim consignados em notícia do jornal *A Folha*, de fevereiro de 1984, quando da organização da II Vigília Musical:

> Nome do evento: II Vigília da Enfermaria. Data: 24/02/1984. Hora: 20:30h. Local: Pátio da ruína – Cerro da Pólvora. Propostas: despertar a comunidade para o valor histórico e cultural da ruína, com a meta de transformá-la em monumento histórico municipal, criando-se na área que a circunda um "Parque Verde" conforme o item 2.1.1 da carta de intenções do Projeto Jaguar. – Reunir os músicos da região, divulgando os trabalhos dos mesmos. – Lançamento da campanha mais área para o parque (*A FOLHA*..., 1984).

Essa proposta do Projeto Jaguar deixava ao encargo do município a gestão das ruínas, ou seja, que o município efetuasse seu tombamento e realizasse sua conservação, não levando em conta a falta de infraestrutura e pessoal técnico capacitado em uma pequena cidade do interior, com poucos recursos econômicos. Ao mesmo tempo, colocavam em suas propostas uma solicitação de apoio técnico ao IPHAN, sem considerar que seria mais viável que o mesmo órgão poderia ter de realizar o tombamento e gestão das ruínas. As ruínas foram tombadas como PatrimônioHistórico Estadual, em 1990, e sua administração foi repassada à Prefeitura Municipal, a qual sem recursos econômicosnão teve possibilidade de concretizar a proposta de criação do Parque idealizado pelo Projeto Jaguar.

Como últimaação dos coordenadores do Projeto Jaguar foi organizado o III Festival da Enfermaria, ocorrido no dia 24 de janeiro de 1987, tendo as ruínas como cenário para apresentações de diversos artistas que se revezaram no palco, entre às 19h e às 6h do dia seguinte. Esse festival foi o apogeu das atividades do Projeto Jaguar, e que teve maior significado e repercussão na comunidade. Após o término do festival, o projeto foi continuado pelos professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL, os quais priorizaram atividades técnicas em lugar das atividades culturais, que foram o ponto central dos idealizadores do Projeto Jaguar. O festival foi realizado nas ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, onde foi erguido um palco para apresentaçõesartísticas e contou, principalmente, com músicos provenientes do Uruguai e do Rio Grande do Sul, e tinha a intenção de se tornar um evento regular

dentro do calendário da cidade, o que acabou não ocorrendo. Em notícia do jornal *Correio do Povo*, de 24/01/1987, foi assim descrito o festival:

> Um evento que reúne nove atrações musicais, entre artistas brasileiros e uruguaios, é o que está programado para hoje em Jaguarão. A terceira edição do Festival da Enfermaria terá a participação dos grupos Raiz de Pedra, Os Eles e Engenheiros do Hawaii, entre outros de Porto Alegre, a Orquestra de Câmara da cidade de Melo, no Uruguai, além de artistas e músicos populares e folclóricos de Pelotas, Rio Grande, Rio Branco e Arroio Grande, além de Jaguarão. O Festival é promovido pelo grupo Jaguar e integra as comemorações da semana daquela cidade. O grupo composto de estudantes e interessados, propõe a consolidação do Cerro da Pólvora como um local de apresentaçõesartísticas, ao mesmo tempo em que chama a atenção de todos para o patrimôniohistórico do município (CORREIO DO POVO..., 1987).

Meses após o término do festival, foi graduado em arquitetura o coordenador do Projeto Jaguar, Valdo Dutra Alves Nunes, no dia 15 de agosto de 1987, o que determinou o encerramento dessa primeira fase do projeto sob a coordenação do mesmo. Essa primeira fase foi importante para que tivesse sido desencadeado o processo de desenvolvimento de uma política patrimonial e que, posteriormente, foi adotada como base para a política patrimonial do IPHAN e a Prefeitura Municipal de Jaguarão.

Considerações finais

Embora os objetivos iniciais do projeto idealizados pelos estudantes de arquitetura, Valdo Nunes e Jorge Garcia, de transformar a cidade de Jaguarão em um polo turístico por meio da utilização de seu patrimônioedificado, das manifestaçõesartísticas como teatro, artesanato e música, não tenham se concretizado por completo, conseguiram chegar a alguns resultados. O primeiro resultado obtido foi o envolvimento de setores da comunidade na conscientização da importância de se preservar o patrimônio edificado da cidade, principalmente, de estilo eclético, colocando de certa maneira um freio no processo de modernização dos prédios do centro urbano. Dentro das limitações de seu desenvolvimento econômico, a cidade vinha renovando seu estilo arquitetônico, o que exercia uma pressão para que se derrubassem os prédios antigos, pertencentes em sua maioria à remanescentes da elite, do século XIX.

Então, quando o Projeto Jaguar surgiu e propôs a conservação desses prédios, e que fossem protegidos pela municipalidade, os proprietários de prédioseclético, anteriormente decididos a se desfazerem destes prédios, apoiaram a proposta e, consequentemente, angariaram o apoio do legislativo e executivo municipal. A razão para esse fato residiu em manter o poder simbólico oriundo da representação desses palacetes na sociedade local, e também porque a especulaçãoimobiliárianão trouxe um valor de venda que propiciou um ganho de capital, que justificasse a perda desse poder simbólico, em uma sociedade de características conservadoras.

Outra consequência do Projeto Jaguar foi trazer à cidade, professores e alunos de Arquitetura do Rio Grande do Sul, para realizarem estudos sobre as edificações de estilo eclético, ampliando o conhecimento daqueles acadêmicos sobre aquele patrimônio edificado, o que já vinha ocorrendo de maneira pontual, quando da implementação do Plano Diretor de Jaguarão,em 1979, que teve a colaboração do arquiteto Albano Volkmer, incentivador de políticas de preservação patrimonial nas cidades do Rio Grande do Sul. Dentro desse contexto que foi realizado o convênio entre a UFPEL e a Prefeitura Municipal de Jaguarão (PMJ), para projetos na área de preservação do patrimônio edificado da cidade.

Referências

AGUIAR, Leila Bianchi. **O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a "viabilidade econômica" do patrimônio (1973-1979).** Anais do Museu Paulista. São Paulo. v. 24. n° 1. p. 137-149. jan.-abr. 2016.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana.** Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 24, n° 1, p. 237-256, jan.- abril, 2016.

CORREA, Sandra Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano.** Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 24, n° 1, p. 15-57, jan.-abril, 2016.

CUNHA, Patrícia Oliveira Vieira da. **Plano Diretor e Configuração Espacial: organização espacial e configuração da malha urbana.**Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional. UFRGS, Porto Alegre, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 3.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

INSTITUTO Histórico e Geográfico de Jaguarão. **Jornal A Folha. (1964-1975).** Jaguarão, 2016.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960.** Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 24, n° 1, p. 99-136, jan.-abril, 2016.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão.** Barcelona, 2001.

NUNES, Valdo Dutra. GARCIA, Jorge Arismendi. **Projeto Jaguar.**Jaguarão, 1983.

PREFEITURA Municipal de Jaguarão. **Lei no 1226 de 04/09/1979. Plano Diretor de Jaguarão.**Jaguarão, 2016.

SANT'ANNA, Marcia. **A herança do PCH: balançocrítico e desdobramentos 40 anos depois.** Anais do Museu Paulista, v. 24, n° 1, p. 59-74, jan.-abril, 2016.

SALVATORI, Elena. **Arquitetura no Brasil: ensino e profissão.**Arquiteturarevista, v. 4, n° 2, p. 52-77, jul.-dezembro, 2008.

TVE. Televisão Educativa do Rio Grande do Sul. **Programa Jaguarão: recantos e encantos, 1983.**Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Yn3UxtyRY_cAcessado em 09/02/2019.

VERRI, Fernanda Jahn. **O Planejamento Urbano Integrado e a atuação do SERFHAU no Rio Grande do Sul (1964-1975).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2014.